

Língua Portuguesa – Questões de 01 a 20

Leia o texto abaixo e responda às questões 01 a 20:

Quando a clareza vira lei: a linguagem simples como porta de entrada do cidadão

Por Natália Chernicharo Guimarães, pós-doutoranda na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto (FEA-RP) da USP, Natália Marques Andrade, mestranda no Programa de Pós-Graduação Interunidades em Integração da América Latina (Prolam) da USP, Rita de Cássia Marques Lima de Castro, professora do Prolam-USP, e Luciana Romano Morilas, professora da FEA-RP da USP

25/11/2025

- § 1 No dia 17 de novembro de 2025 entrou em vigor a Lei 15.263/2025, que institui a Política Nacional de Linguagem Simples em todos os órgãos e entidades da administração pública, em todos os Poderes e em todos os níveis da Federação. É importante destacar que se trata de uma mudança estrutural: a partir de agora, o Estado brasileiro tem o dever jurídico de falar com as pessoas de forma objetiva, direta e compreensível, e não apenas o dever político ou moral de “tentar ser mais acessível”.
- § 2 O tema não começou do zero: a Lei de Acesso à Informação determinou que órgãos públicos se comunicassem de forma compreensível. Judiciário e órgãos de controle já vinham se movimentando nessa direção, com iniciativas como o Pacto Nacional do Judiciário pela Linguagem Simples, lançado quando Luís Roberto Barroso presidiu o STF e CNJ, justamente para combater o uso de linguagem hermética como mecanismo de exclusão. A nova lei se fundamenta nesse movimento difuso e o transforma em obrigação geral para toda a administração pública.
- § 3 A lei parte de uma constatação óbvia, mas historicamente ignorada: se o cidadão não entende o que o Estado diz, o direito existe somente no papel. No âmbito do Judiciário, portanto, não se garante o acesso à justiça ao cidadão. A Política Nacional de Linguagem Simples tem objetivos evidentes: permitir que qualquer pessoa consiga encontrar, entender e usar as informações públicas; reduzir a dependência de intermediários (servidores, despachantes, advogados) para interpretar textos oficiais; tornar mais transparente o funcionamento da administração; e facilitar a participação social e o controle das políticas públicas (art. 2º). Logo, a linguagem simples proporciona redução de burocracia, tempo e custos com atendimento, ruídos na comunicação e retrabalho.
- § 4 A linguagem simples fortalece uma questão importante: a da confiança nas regras do jogo, isto é, nas instituições que são materializadas nas interações com o governo enquanto agente executivo, com o Judiciário, com o Legislativo... As regras do jogo em uma sociedade são a forma com que as coisas acontecem nas interações entre as pessoas. North define as instituições como mecanismos que podem ser utilizados para reduzir as incertezas nas interações humanas. Seriam, por exemplo, os contratos que fazemos, as informações que buscamos para negociar, para ‘garantir’ que algo irá acontecer da forma com que foi previamente acordado entre as partes, e todas essas etapas têm custos, que são chamados custos de transação.
- § 5 Algumas considerações devem ser feitas previamente: a lei não é apenas um “apelo” por textos mais curtos e a utilização da linguagem simples não representa a redução do conteúdo técnico necessário para a prática dos atos. A linguagem simples não significa a “infantilização” do discurso público. É, ao contrário, o reconhecimento de que a maturidade democrática exige que o Estado fale a mesma língua de quem ele diz representar.
- § 6 A lei define linguagem simples como um conjunto de técnicas: frases em ordem direta, períodos curtos, uma ideia por parágrafo, uso de palavras comuns, explicação de termos técnicos, necessidade de evitar estrangeirismos desnecessários, organização da informação mais importante logo no início do texto e uso de listas, tabelas e recursos gráficos quando isso ajuda a compreensão (art. 5º). Também exige testar a compreensão do público-alvo e prevê cuidados específicos para acessibilidade e para comunicação com povos indígenas em suas línguas, sempre que possível (art. 5º).
- § 7 Na prática, isso significa que um aviso de corte de água não pode mais ser um parágrafo único em “juridiquês”; que um edital de concurso não pode depender de cursinho para ser traduzido; que uma intimação judicial não pode ser um texto que o destinatário só entende depois de pagar a alguém para explicar e que a sentença deve ser redigida de forma a proporcionar a inteira compreensão dos

titulares dos direitos. Significa que uma mãe na fila do SUS, um microempreendedor tentando entender um edital ou um réu lendo um mandado de citação têm o direito de compreender a mensagem sem decifrar um quebra-cabeça linguístico. As informações públicas, para serem entendidas, não podem ser codificadas isoladamente, devem fazer sentido como um todo.

- § 8 Porém, é justamente aqui que começam as perguntas incômodas. Lei, sozinha, não reescreve cultura institucional. Escrever com objetividade e simplicidade dá trabalho: exige tempo de revisão, formação específica, mudança de modelo mental e, muitas vezes, coragem para enfrentar a crítica de colegas que confundem obscuridade com erudição. Não basta mandar servidores “escreverem simples”; é preciso revisar formulários, modelos, sites, atos normativos, fluxos internos de comunicação. O próprio texto legal admite isso ao delegar a cada Poder, em cada ente federativo, a tarefa de definir diretrizes complementares e formas de operacionalização (art. 8º). Ou seja: sem planejamento, orçamento, treinamento e cobrança, corremos o risco de transformar uma boa lei em mais um enfeite retórico.
- § 9 Há ainda uma tensão que não pode ser ignorada: o mesmo artigo que manda evitar jargões, estrangeirismos e termos desnecessários inclui uma proibição explícita ao uso de “novas formas de flexão de gênero e número” contrárias às regras gramaticais consolidadas e ao Acordo Ortográfico. Em outras palavras, o legislador resolveu, dentro de uma lei sobre linguagem simples, tomar posição em um debate complexo sobre linguagem inclusiva e neutralização de gênero. Posição esta, inclusive, contrária ao próprio entendimento da Comunidade da Linguagem Simples no Brasil. Na prática, vetar o uso de uma política inclusiva pode abrir espaço para que a lei seja usada não só para simplificar o que pode gerar ambiguidade ou imprecisão, mas também para policiar escolhas linguísticas. É um trecho que tende a gerar controvérsia, interpretações divergentes e, possivelmente, judicialização, isto é, levar algum conflito para o Poder Judiciário analisar e julgar.
- § 10 Os estudiosos de linguagem simples no Chile, por exemplo, um dos países pioneiros na defesa e implementação da linguagem simples nos atos estatais, demonstram a preocupação de inserir a perspectiva de gênero como critério de inclusão da linguagem simples. Uma das recomendações para proporcionar esta inclusão é justamente o desdobramento ou duplicação do gênero, entre outras, como o uso de substantivos epicenos, o uso de substantivos coletivos e o uso de substantivos abstratos. Esta questão não foi contemplada na lei brasileira.
- § 11 Em todas as sociedades, temos as regras informais, que são nossos “combinados” com as pessoas com quem interagimos para executar uma tarefa, dividir os afazeres em casa ou até no emprego, realizar alguma troca comercial com base na palavra etc., e as regras formais, que são expressas nas leis, nas políticas públicas, nos contratos.
- § 12 Quando o Estado, o governo, passa a se comunicar na “mesma língua” da cidadã e do cidadão, as regras passam a ser mais bem entendidas como parte de um contrato social ao qual nos submetemos; elas deixam de ser algo imposto externamente ou incompreensível e se transformam, por conseguinte, em uma espécie de mecanismo de inclusão institucional. Adicionalmente, a linguagem simples traz, também, eficiência, pois ela serve para reduzir esses custos de transação, como citado anteriormente – não precisamos de intermediários para “traduzir” o que está escrito; não precisamos recorrer a instrumentos técnicos para compreender uma sentença....
- § 13 Por esse motivo, a linguagem simples se materializa como um recurso eficiente, por permitir a redução de custos de transação nas interações humanas; se apresenta como um recurso forte, em termos institucionais, para aproximar a sociedade do governo que a representa e torna-se, ainda, um poderoso instrumento de cidadania.

(Disponível em: <https://jornal.usp.br/artigos/quando-a-clareza-vira-lei-a-linguagem-simples-como-porta-de-entrada-do-cidadao/>. Acesso em: 11 mar. 2026. Adaptado.)

01. O principal propósito comunicativo do texto é:

- a) trazer dados estatísticos sobre a burocracia, os custos com atendimento e os ruídos na comunicação decorrentes da adoção da linguagem simples.
- b) expor detalhadamente o conjunto de técnicas de linguagem que devem ser adotadas pela administração pública para a comunicação com os cidadãos brasileiros.
- c) apresentar uma reflexão das autoras acerca de determinados pontos da Lei nº 15.263/2025, que institui a Política Nacional de Linguagem Simples na administração pública.
- d) defender o posicionamento do legislador sobre linguagem inclusiva e neutralização de gênero, o qual vai ao encontro do entendimento da Comunidade da Linguagem Simples no Brasil.

02. A partir da leitura do texto, é CORRETO afirmar que:

- a) a Lei nº 15.263/2025 estabelece que o Estado brasileiro deve se ater ao dever político ou moral de tentar ser mais acessível nas suas comunicações com os cidadãos.
- b) a linguagem simples é uma ferramenta eficiente pelo fato de diminuir os custos envolvidos nas trocas comunicativas ao facilitar as interações entre o Estado e os cidadãos.
- c) assim como aconteceu no Brasil, no Chile, a linguagem simples foi implementada em textos oficiais, com atenção especial à inclusão da perspectiva de gênero nessa forma de comunicação.
- d) a adoção da Política Nacional de Linguagem Simples garante uma transformação na cultura das instituições, pois contribui para que as informações repassadas sejam codificadas isoladamente.

03. "Quando o Estado, o governo, passa a se comunicar na 'mesma língua' da cidadã e do cidadão, as regras passam a ser mais bem entendidas como parte de um contrato social ao qual nos submetemos [...]" (§ 12).

Nessa sentença, a expressão sublinhada refere-se a:

- a) Estado.
- b) cidadão.
- c) governo.
- d) contrato social.

04. "A linguagem simples fortalece uma questão importante: a da confiança nas regras do jogo, isto é, nas instituições que são materializadas nas interações com o governo enquanto agente executivo, com o Judiciário, com o Legislativo" (§ 4).

Na passagem acima, a locução sublinhada indica a ideia de:

- a) explicação.
- b) conclusão.
- c) oposição.
- d) adição.

05. "Logo, a linguagem simples proporciona redução de burocracia, tempo e custos com atendimento, ruídos na comunicação e retrabalho" (§ 3).

O termo sublinhado na passagem acima foi empregado na função de conjunção:

- a) explicativa.
- b) conclusiva.
- c) adversativa.
- d) comparativa.

06. "Judiciário e órgãos de controle já vinham se movimentando nessa direção [...] justamente para combater o uso de linguagem hermética como mecanismo de exclusão" (§ 2).

Na sentença acima, a palavra sublinhada NÃO tem o mesmo sentido de:

- a) complexa.
- b) inteligível.
- c) rebuscada.
- d) incompreensível.

07. "No dia 17 de novembro de 2025 entrou em vigor a Lei 15.263/2025, que institui a Política Nacional de Linguagem Simples em todos os órgãos e entidades da administração pública, em todos os Poderes e em todos os níveis da Federação" (§ 1).

Nessa sentença, o termo sublinhado refere-se à/ao:

- a) Lei 15.263/2025.
- b) administração pública.
- c) dia 17 de novembro de 2025.
- d) Política Nacional de Linguagem Simples.

08. "[...] elas deixam de ser algo imposto externamente ou incompreensível e se transformam, por conseguinte, em uma espécie de mecanismo de inclusão institucional" (§ 12).

A expressão sublinhada na passagem acima pode ser substituída, sem prejuízo de sentido, por:

- a) assim.
- b) entretanto.
- c) ainda assim.
- d) no entanto.

09. “Significa que uma mãe na fila do SUS, um microempreendedor tentando entender um edital ou um réu lendo um mandado de citação têm o direito de compreender a mensagem sem decifrar um quebra-cabeça linguístico” (§ 7).

Nesse fragmento, nota-se uma palavra grafada em conformidade com o Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Assinale a alternativa em que a palavra está CORRETAMENTE grafada, segundo o referido Acordo:

- a) anti-ético.
 - b) extraoficial.
 - c) infra-estrutura.
 - d) autoregulação.
10. “[...] o mesmo artigo que manda evitar jargões, estrangeirismos e termos desnecessários inclui uma proibição explícita ao uso de ‘novas formas de flexão de gênero e número’ contrárias às regras gramaticais consolidadas e ao Acordo Ortográfico” (§ 9).

Nesse fragmento, observa-se a ocorrência da crase. Assinale a alternativa que NÃO apresenta o uso adequado do acento grave, indicativo de crase:

- a) As autoras do texto explicam que o emprego da linguagem simples não é equivalente à adoção da linguagem hermética na administração pública.
 - b) O Chile foi um dos países que começou à implementar a linguagem simples na administração pública, adotando medidas para facilitar a comunicação entre governo e sociedade.
 - c) A Lei 15.263/2025 se alinha, em termos gerais, à proposta do Judiciário e de órgãos de controle que já vinham se movimentando para adotarem uma comunicação compreensível.
 - d) O texto, publicado pelo Jornal da USP, faz referência à nova lei especificando a competência de cada Poder de definir diretrizes complementares e formas de operacionalização das normas.
11. “Há ainda uma tensão que não pode ser ignorada [...]” (§ 9).

O termo sublinhado no fragmento acima foi empregado na função de:

- a) pronome relativo.
 - b) conjunção comparativa.
 - c) advérbio de intensidade.
 - d) pronome interrogativo.
12. “Na prática, vetar o uso de uma política inclusiva pode abrir espaço para que a lei seja usada não só para simplificar o que pode gerar ambiguidade ou imprecisão, mas também para policiar escolhas linguísticas” (§ 9).

É CORRETO afirmar que o termo sublinhado diz respeito ao ato de:

- a) proibir.
- b) admitir.
- c) homologar.
- d) cancelar.

13. “[...] se o cidadão não entende o que o Estado diz, o direito existe somente no papel” (§ 3).

Com relação ao termo sublinhado na sentença acima, é CORRETO afirmar que:

- a) configura um verbo e está flexionado no plural.
- b) é um substantivo e está flexionado no masculino.
- c) trata-se de um adjetivo e está flexionado no singular.
- d) refere-se a um advérbio e está flexionado no feminino.

14. “A lei parte de uma constatação óbvia, mas historicamente ignorada [...]” (§ 3).

Na sentença acima, observa-se o uso adequado da vírgula. Assinale a alternativa que apresenta CORRETAMENTE o emprego desse sinal de pontuação, de acordo com a norma padrão da Língua Portuguesa:

- a) As autoras do texto explicam que, a linguagem simples visa promover a transparência no acesso às informações disponibilizadas pela administração pública.
- b) A linguagem simples, definida como um conjunto de técnicas para falar com as pessoas de forma objetiva e compreensível passa a ser institucionalizada por lei no Brasil.
- c) Antes da Lei nº 15.263/2025, iniciativas como o Pacto Nacional do Judiciário pela Linguagem Simples foram adotadas na busca por uma comunicação compreensível.
- d) A implementação da linguagem simples na administração pública, tem sido um passo importante para otimizar as trocas comunicativas do Estado brasileiro com os cidadãos.

15. “Na prática, isso significa que um aviso de corte de água não pode mais ser um parágrafo único em ‘juridiquês’ [...]” (§ 7).

A vírgula foi empregada na passagem acima com a função de:

- a) destacar o vocativo.
- b) evitar uma ambiguidade.
- c) separar o aposto explicativo.
- d) demarcar um adjunto adverbial.

16. Assinale a alternativa em que a regência verbal está em DESACORDO com a norma padrão da Língua Portuguesa:

- a) A administração pública deve obedecer aos padrões da linguagem simples dispostos na Lei nº 15.263/2025, que passou a vigorar em 14 de novembro.
- b) Servidores e instituições preferem muito mais empregar linguagem simples do que termos herméticos no atendimento aos cidadãos.
- c) O profissional do setor de Gestão de Pessoas assistiu ao curso que abordou os princípios da linguagem simples dispostos na Lei nº 15.263/2025.
- d) O governo brasileiro informou as novas diretrizes a todos os setores da administração pública brasileira tão logo a lei fora sancionada.

17. Assinale a alternativa em que a concordância (verbal ou nominal) está em **DESACORDO** com a norma padrão da Língua Portuguesa:

- a) É vetada a adoção de linguagem que dificulte o acesso das pessoas com deficiência à comunicação pública no Brasil.
- b) Havia muitas instituições no país que não tinham conhecimento da nova lei sancionada pelo governo federal sobre a linguagem simples.
- c) A maioria dos servidores públicos federais passou a seguir as orientações sobre a adoção da linguagem simples para a execução de seus trabalhos.
- d) O responsável do setor enviou uma diretriz anexo ao *e-mail* de boas-vindas contendo todas as informações necessárias para a adoção da linguagem simples.

18. “Lei, sozinha, não reescreve cultura institucional” (§ 8).

A palavra grifada no trecho acima resulta do processo de formação denominado:

- a) justaposição.
- b) aglutinação.
- c) prefixação.
- d) sufixação.

19. Palavras parônimas são aquelas que apresentam a grafia e a pronúncia semelhantes, mas diferem no sentido.

Assinale a alternativa em que um dos parônimos grifados está **INCORRETAMENTE** empregado:

- a) Os servidores técnico-administrativos sugeriram uma retificação da norma da instituição a fim de adequá-la à lei.
- b) A Lei nº 15.263/2025 traz uma discrição completa das técnicas de linguagem simples na administração pública.
- c) Será criada uma seção na nossa universidade responsável por elaborar o guia de uso da linguagem simples.
- d) O uso de frases longas e inacessíveis às pessoas com deficiência constituiu infração à Lei nº 15.263/2025.

20. Assinale a alternativa em que a palavra está **CORRETAMENTE** acentuada, de acordo com a norma padrão da Língua Portuguesa:

- a) récorde.
- b) rúbrica.
- c) ítem.
- d) hífen.

Informática – Questões de 21 a 40

21. Considere as afirmativas abaixo sobre o uso e a edição de imagens e gráficos em um documento do *LibreOffice Writer*:

- I. O *LibreOffice Writer* pode importar imagens vetoriais além dos formatos de arquivo *raster (bitmap)*, sendo os mais comuns GIF, JPG, PNG e BMP.
- II. Imagens podem ser ancoradas como caractere, na página, no parágrafo, no caractere ou no quadro.
- III. A configuração da disposição do texto em torno de imagens determina a relação entre o texto e a imagem e, normalmente, é selecionada após a ancoragem e o alinhamento.
- IV. Ao cortar uma imagem no *LibreOffice Writer*, a imagem original não será alterada.

Está CORRETO afirmar que:

- a) há duas afirmativas falsas.
- b) há três afirmativas verdadeiras.
- c) todas as afirmativas são falsas.
- d) todas as afirmativas são verdadeiras.

22. Após inserir uma nota de rodapé ou nota de fim no *LibreOffice Writer*, o usuário pode escolher executar algumas ações com a nota inserida.

Assinale a alternativa que apresenta uma afirmativa INCORRETA relacionada às possíveis ações:

- a) Para alterar as configurações padrão de notas de rodapé/notas de fim, vá em Formatar→Notas de rodapé e notas finais na barra de Menus.
- b) Para escolher se deseja usar a sequência de numeração automática especificada nas configurações da nota de rodapé ou especificar um número personalizado, vá em Inserir→Nota de rodapé e nota de fim→Notas de rodapé e notas de fim na barra de Menus.
- c) Pode-se editar o conteúdo de uma nota de rodapé ou nota de fim existente da mesma forma que se edita qualquer outro texto.
- d) Para excluir uma nota de rodapé ou nota de fim, exclua o marcador de nota de rodapé ou nota de fim no texto.

23. Considere as afirmativas abaixo sobre definição e uso de estilos no *LibreOffice Writer*, atribuindo V para a(s) verdadeira(s) e F para a(s) falsa(s).

- () Os estilos são atributos lógicos, em outras palavras, os estilos significam que se pode mudar a ênfase do que o texto parece para o que o texto é.
- () O modo de preenchimento de formato é útil para aplicar um estilo a muitas áreas do texto rapidamente.
- () O *LibreOffice Writer* possui seis categorias de estilo, sendo elas, estilos de parágrafo, caractere, página, quadro, lista e tabela.
- () Ctrl+0, Ctrl+1 e Ctrl+2, por padrão, são atalhos de teclado para aplicar estilos predefinidos.
- () A formatação direta ou manual é uma maneira de formatação de texto que agrupa opções de formatação sob um nome.
- () Os estilos podem ser aplicados e gerenciados usando o menu Estilos→Gerenciar Estilos da barra de Menus ou o painel de Estilos na barra lateral.

Assinale a sequência CORRETA:

- a) V, V, V, V, F, V.
- b) V, V, F, F, F, V.
- c) F, V, F, V, V, V.
- d) F, F, V, F, F, F.

24. Sobre o Assistente de Gráfico do *LibreOffice Calc*, é INCORRETO afirmar que:

- a) o Assistente de Gráfico pode adivinhar o intervalo e criar um gráfico inicial, mesmo se todos os dados não estiverem selecionados. Para isso, antes de abri-lo, posicione o cursor do mouse ou selecione uma célula em qualquer lugar da área dos dados.
- b) o passo Série de Dados contém todas as células com dados (incluindo rótulos e categorias) que devem ser incluídos no gráfico.
- c) no passo Elementos do Gráfico, é possível adicionar ou alterar o título, o subtítulo, os nomes dos eixos e as grades.
- d) o *LibreOffice Calc* oferece um total de dez tipos básicos de gráfico para escolha do usuário. Outras opções variam de acordo com o tipo de gráfico selecionado.

25. Considere o seguinte trecho de planilha do *LibreOffice Calc*:

	A	B	C
1	Candidato(a)	CPF	
2	Luísa do Carmo	123.456.789-10	
3			
4	Área	Peso	Nota
5	Linguagens	2	591,90
6	Humanas	1	645,30
7	Natureza	1	637,40
8	Matemática	4	783,10
9	Redação	2	940,00
10			
11	Ponto de corte	735,25	
12	Nota final	747,89	

Esse trecho ilustra um pequeno sistema de simulação para aprovação em determinado curso de ensino superior em uma universidade pública brasileira. A célula B12 representa a nota final de uma candidata em um curso escolhido. A nota final é calculada como a média ponderada das notas obtidas pela candidata nas cinco áreas de conhecimento do vestibular prestado.

Assinale a alternativa que NÃO apresenta a fórmula que preencheria corretamente o valor da célula B12:

- a) =SOMARPRODUTO(C5:C9;B5:B9)*(1/SOMA(B5:B9))
- b) =SOMARPRODUTO(B5:B9;C5:C9)*(1/SOMA(C5:C9))
- c) =SOMARPRODUTO(B5:B9;C5:C9)/SOMA(B5:B9)
- d) =SOMARPRODUTO(C5:C9;B5:B9)/SOMA(B5:B9)

Observe o trecho de planilha do *LibreOffice Calc* apresentado a seguir para responder as questões 26 e 27:

	A	B	C	D	E	F
1	Casa	Mês/Ano	Consumo (kWh)	Discrepante?	Média	Desvio Padrão
2	C01	01/26	320	Sim	228,3	54,76
3	C02	01/26	210	Não		
4	C03	01/26	195	Não	Mediana	
5	C04	01/26	205	Não	207,5	
6	C05	01/26	198	Não		
7	C06	01/26	220	Não	Mínimo	
8	C07	01/26	187	Não	187	
9	C08	01/26	193	Não		
10	C09	01/26	215	Não	Máximo	
11	C10	01/26	340	Sim	340	

O trecho apresenta um exemplo de análise do consumo mensal de energia elétrica (em kWh) de um conjunto de residências (ou casas) de uma cidade específica em Minas Gerais. Para cada unidade, são registrados o identificador da casa, o mês e o ano de referência e o consumo observado. A partir desses dados, são calculadas medidas estatísticas descritivas, como média, mediana, desvio padrão, valor mínimo e máximo, permitindo uma visão geral do comportamento do consumo no grupo analisado.

Além das medidas descritivas, a planilha também realiza a identificação de valores discrepantes (também conhecido como *outliers*) utilizando o Intervalo Interquartil (IQR), uma medida estatística mais robusta à presença de valores extremos. O IQR é calculado como a diferença entre o terceiro quartil (Q3) e o primeiro quartil (Q1), ou seja, $IQR = Q3 - Q1$, representando a dispersão dos 50% centrais dos dados. Um valor é considerado discrepante quando está abaixo de $Q1 - 1,5 \times IQR$ ou acima de $Q3 + 1,5 \times IQR$.

26. Assinale a alternativa que apresenta a sequência de fórmulas que preenche CORRETAMENTE as células E2, E5, E8, E11 e F2, respectivamente:

- a) =MED(C2:C11), =MÉDIA(C2:C11), =MÍNIMO(C2:C11), =MÁXIMO(C2:C11), =DESV.MÉDIO(C2:C11)
- b) =MÉDIA(B2:B11), =MED(B2:B11), =MÍNIMO(B2:B11), =MÁXIMO(B2:B11), =DESV.PAD(C2:C11)
- c) =MÉDIA(C2:C11), =MED(C2:C11), =MENOR(C2:C11, 1), =MÁXIMO(C2:C11), =DESV.PAD(C2:C11)
- d) =MÉDIA(C2:C11), =MED(C2:C11), =MAIOR(C2:C11,1), =MÍNIMO(C2:C11), =DESV.PAD(C2:C11)

27. Assinale a alternativa que pode ser utilizada CORRETAMENTE para informar o percentual de residências que tiveram um consumo mensal menor do que o consumo médio:

- a) =CONT.SE(C2:C11;"<"E2)/CONT.NÚM(C2:C11)
- b) =CONT.SE(C2:C11;"&"<"E2)/CONT.NÚM(C2:C11)
- c) =CONT.SE(C2:C11;"<&E2")/CONT.NÚM(C2:C11)
- d) =CONT.SE(C2:C11;"<"&E2)/CONT.NÚM(C2:C11)

28. A respeito dos modelos de Inteligência Artificial, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Modelos fechados geralmente são projetados para tarefas generalistas.
- b) Modelos abertos são caracterizados por sua flexibilidade, o que lhes permite serem utilizados e ajustados para atender a contextos específicos.
- c) Modelos abertos são disponibilizados sob licenças abertas e a *Hugging Face* tornou-se a principal plataforma para acesso a esses modelos.
- d) Modelos fechados são instalados e executados em servidores locais, o que elimina a necessidade de enviar dados para terceiros e garante a segurança de informações sensíveis.

29. Considere as afirmativas abaixo sobre Inteligência Artificial Generativa (IAG), atribuindo V para a(s) verdadeira(s) e F para a(s) falsa(s).

- () A IAG é baseada em modelos computacionais avançados que possuem a capacidade de aprender representações, regras, correlações e conhecimentos, a partir do contato com grandes conjuntos de dados.
- () A IAG é projetada para criar conteúdos, como documentos textuais, imagens, vídeos, músicas, entre outros.
- () Ao ser adotada de forma segura e em conformidade com as leis vigentes, as ferramentas de IAG oferecem, por exemplo, possibilidades de modernização e automação de tarefas repetitivas, redação de documentos textuais e criação de materiais visuais, sem nenhuma necessidade de revisão humana.
- () Legalidade, moralidade e publicidade são princípios fundamentais que garantem, respectivamente, que os direitos dos cidadãos sejam respeitados, a imparcialidade em decisões assistivas e a auditoria nos processos envolvendo IAG.
- () Perguntas mal formuladas, dados incompletos, enviesados ou desatualizados são exemplos de limitações que possibilitam a geração de respostas imprecisas, irrelevantes ou equivocadas, mesmo que pareçam confiáveis e coerentes por meio das IAG's, fenômeno também conhecido como alucinação.
- () Por gerar impactos significativos sobre direitos fundamentais, segurança, privacidade e bem-estar da sociedade, o uso de sistemas de IA de alto risco são proibidos.

Assinale a sequência CORRETA:

- a) F, F, F, V, F, V.
- b) V, F, V, V, V, F.
- c) F, V, V, F, F, V.
- d) V, V, F, F, V, F.

30. Considere as afirmativas abaixo sobre Inteligência Artificial Generativa (IAG):

- I. O Projeto de Lei nº 2338/2023 em discussão no Congresso Nacional busca estabelecer um marco regulatório para o desenvolvimento e uso de sistemas de IA no Brasil.
- II. Pelo fato das respostas das IAG's serem geradas probabilisticamente, sem compreensão de contexto ou viés, uma interpretação criteriosa não é necessária.
- III. No contexto da administração pública, evitar o vazamento de dados sensíveis, disseminação de informações enganosas e interpretações equivocadas de resultados, reflete em um compromisso com a ética, a privacidade e a segurança institucional.
- IV. Apresentar conteúdo gerado por IA como criação exclusiva de autores humanos, sem a devida transparência é um exemplo de prática não recomendável.

Está CORRETO afirmar que:

- a) há três afirmativas falsas.
- b) há duas afirmativas verdadeiras.
- c) apenas uma afirmativa é falsa.
- d) todas as afirmativas são verdadeiras.

31. No sistema operacional Ubuntu, versão *desktop*, é possível configurar em um mesmo computador duas ou mais contas de usuários diferentes. Suponha que um computador esteja configurado com 3 contas, sendo 2 contas de usuários comuns e 1 conta de usuário administrador, cada uma com senha diferente e que são de conhecimento exclusivo de cada um dos usuários.

Considere o uso alternado das contas dos 3 usuários mencionados acima, no mesmo computador, e as afirmativas abaixo, atribuindo V para a(s) verdadeira(s) e F para a(s) falsa(s).

- () Quando o usuário administrador usa a opção "Bloquear" para se ausentar da sala, nenhum dos dois usuários comuns consegue entrar em sua conta.
- () Quando um usuário comum usa a opção "Bloquear" para se ausentar da sala, o usuário administrador consegue entrar em sua conta, podendo inclusive desligar o computador.
- () Quando o usuário administrador usa a opção "Alternar usuário" para se ausentar da sala, um dos usuários comuns consegue entrar em sua conta, podendo inclusive desligar o computador.
- () Quando um dos usuários comuns usa a opção "Alternar usuário" para se ausentar da sala, o outro usuário comum consegue entrar em sua conta, podendo inclusive desligar o computador.

Assinale a sequência CORRETA:

- a) V, V, F, F.
- b) V, F, V, V.
- c) F, V, F, F.
- d) F, F, V, V.

32. Considere um computador de mesa (*Desktop*) com o sistema operacional Ubuntu, com três tipos de conexões: rede cabeada *Gigabit Ethernet*; rede sem fio Wi-Fi; e rede sem fio *Bluetooth*. Tal computador é de uso pessoal, possuindo apenas uma conta com nome de usuário *fulano* e está na rede local da Universidade Federal de Viçosa (UFV).

Em relação à utilização da capacidade de comunicação do computador descrito acima, é INCORRETO afirmar que:

- a) é possível, para o dono da conta *fulano*, estabelecer uma conexão Bluetooth do seu *smartphone* (celular) que esteja próximo ao computador para transferir arquivos diretamente do celular para o computador e/ou em sentido inverso.
- b) usando um cliente *ssh* (*secure shell*) previamente instalado no computador é possível acessar um servidor usando o comando *ssh* e fornecendo como parâmetros seu nome de usuário, o nome do servidor, além da senha de acesso de sua conta no referido servidor.
- c) o usuário *fulano* pode compartilhar uma ou mais pastas com outros usuários na rede local sem fio (Wi-Fi), sem necessidade de instalação de outros *softwares*, bastando deixar o acesso à rede Wi-Fi sem senha.
- d) o usuário *fulano* pode usar uma ou mais pastas compartilhadas de um servidor NFS (*Network File System*) desde que tenha um cliente NFS instalado no seu computador.

33. Considere as afirmativas abaixo sobre algumas funcionalidades do sistema operacional Ubuntu, versão *Desktop*:

- I. Um funcionário da Universidade Federal de Viçosa (UFV), em casa, com um notebook com o sistema operacional Ubuntu e um cliente VPN (*Virtual Private Network*) pode acessar a VPN da UFV e entrar em sua conta em um servidor de arquivos que só pode ser acessado a partir da rede local da UFV.
- II. É possível criar um *pendrive* de inicialização para carregar e utilizar o Ubuntu em computador que não tenha o sistema operacional Ubuntu instalado em seu disco e que tenha como primeira opção de *boot* a porta USB na qual o *pendrive* estará conectado.
- III. O Ubuntu tem um aplicativo (utilitário) que permite verificar se o sistema de arquivos de uma partição está danificado, e reparar os danos sem a necessidade de reiniciar o computador.
- IV. No sistema operacional Ubuntu, um *driver* de dispositivo é uma parte do *hardware* do computador associada a um dispositivo de entrada e saída, como impressora, mouse, monitor de vídeo, dentre outros.

Está CORRETO o que se afirma apenas em:

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) I e IV.
- d) III e IV.

34. Em relação às ferramentas Google na versão para o sistema operacional Ubuntu *Desktop*, é INCORRETO afirmar que:

- a) o Google Meet possui uma lousa interativa virtual integrada que permite que um participante de uma conferência de vídeo possa fazer um desenho e os demais participantes possam fazer alterações no mesmo desenho.
- b) no Google Drive, em sua configuração padrão, todos os arquivos movidos para a Lixeira são excluídos automaticamente após 30 dias, mas antes disso podem ser restaurados.
- c) além de permitir a edição, envio e recepção de e-mails (mensagens eletrônicas), o Gmail também permite conversar com colegas de trabalho e iniciar ou participar de chamadas de vídeo.
- d) o Google Agenda permite programar o envio de lembrete de um compromisso agendado com antecedência definida pelo usuário.

35. Em relação ao navegador de internet Google Chrome sendo executado no sistema operacional Ubuntu, é INCORRETO afirmar que:

- a) pode ser configurado para abrir com duas guias, a primeira exibindo página inicial do Gmail e a segunda guia exibindo a página inicial da Universidade Federal de Viçosa (www.ufv.br).
- b) pode ser usado como interface de acesso para as principais ferramentas Google, como o Google Documentos, Google Drive e Google Planilhas.
- c) nas versões mais recentes, usa por padrão o protocolo https em vez do http, para tornar a navegação mais rápida e eficiente.
- d) possui diversos atalhos de teclado para funções comuns, como reabrir guia fechada (*Ctrl + Shift + T*), abrir nova guia (*Shift + T*) e mudar para próxima guia (*Ctrl + Tab*).

36. Considere as afirmativas abaixo sobre algumas funcionalidades de ferramentas Google nas versões para o sistema operacional Ubuntu *Desktop*:

- I. No Google Meet, é possível fazer a gravação de uma reunião gerando legendas para o vídeo e a transcrição do áudio para um arquivo de texto que pode ser editado posteriormente.
- II. No Gmail, é possível selecionar uma mensagem e filtrar mensagens similares com a funcionalidade “Filtrar mensagens assim” e, na sequência, criar um filtro para que novas mensagens similares sejam excluídas da caixa de entrada.
- III. No Google Meet, um usuário que não tenha microfone e caixa de som em seu computador pode usar outra instância do Google Meet em seu celular para enviar/receber apenas o fluxo de áudio.
- IV. No Gmail, uma mensagem que acabou de ser enviada pode ter o envio cancelado dentro de um tempo especificado (configurado) pelo usuário.

Está CORRETO o que se afirma em:

- a) I, II e III, apenas.
- b) II, III e IV, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) I, II, III e IV.

37. As afirmativas apresentadas a seguir estão relacionadas com o uso seguro da internet:

- I. A utilização de redes Wi-Fi públicas pode expor informações sensíveis, mesmo quando o usuário acessa apenas serviços conhecidos.
- II. O uso de computadores públicos para acesso a serviços pessoais pode resultar no comprometimento de senhas, ainda que o usuário utilize navegação privativa.
- III. O armazenamento automático de senhas pelo navegador é considerado uma prática segura, desde que o computador esteja protegido por senha de acesso ao sistema operacional.
- IV. A verificação periódica de histórico, *cookies* e permissões concedidas a sites contribui para a redução de riscos à privacidade do usuário.

Está CORRETO o que se afirma apenas em:

- a) I e II.
- b) I e IV.
- c) II e III.
- d) I, II e IV.

38. Em um setor da Universidade Federal de Viçosa, trabalham 4 assistentes administrativos: Ana, Daniel, Felipe e Paula. Para realizar um trabalho em equipe, Ana cria uma pasta de nome Relatório, em seu Google Drive, dentro de “Drives compartilhados”. Depois, usando a funcionalidade de “Gerenciar participantes” adiciona os 3 colegas de trabalho da seguinte forma: Daniel como Comentador; Felipe como Colaborador; e Paula como Administradora de conteúdo. Na pasta Relatório, existe apenas um arquivo de texto (.odt) que foi criado pela usuária Paula.

Considere o parágrafo anterior e as afirmativas abaixo, atribuindo V para a(s) verdadeira(s) e F para a(s) falsa(s).

- () Os 4 usuários podem editar o documento no modo “Sugestões”, mas apenas Ana e Paula podem usar a funcionalidade “Aceitar Sugestão”.
- () Apenas Paula pode enviar o arquivo de texto (.odt) da pasta compartilhada para a Lixeira.
- () Apenas Ana pode alterar o perfil de acesso dos demais usuários.
- () Felipe pode editar o documento de texto apenas no modo “Sugestões”.

Assinale a sequência CORRETA:

- a) V, V, F, F.
- b) F, F, V, V.
- c) F, V, F, V.
- d) V, F, V, F.

39. Sobre o uso da criptografia como um mecanismo fundamental para proteção de informações em ambientes computacionais, assinale a afirmativa CORRETA:

- a) a criptografia, por si só, garante confidencialidade, integridade, autenticação e disponibilidade da informação.
- b) a criptografia simétrica utiliza um par de chaves matematicamente relacionadas, sendo uma pública e outra privada.
- c) o uso de criptografia garante que uma informação criptografada não possa ser modificada durante a transmissão.
- d) a criptografia pode ser utilizada para proteger a confidencialidade da informação, mas não é suficiente, isoladamente, para garantir sua integridade e autenticidade.

40. A assinatura digital é um conceito importante relacionado com alguns aspectos de segurança em sistemas computacionais. As afirmativas a seguir estão relacionadas com o uso de assinatura digital em ambientes computacionais:

- I. A assinatura digital permite verificar a autoria e a integridade de um documento eletrônico.
- II. Uma função *hash* criptográfica gera uma saída de tamanho fixo, independentemente do tamanho da entrada.
- III. A criptografia assimétrica é mais eficiente que a simétrica para cifrar grandes volumes de dados.
- IV. O uso de assinatura digital elimina a necessidade de mecanismos de criptografia para garantir confidencialidade.

Está CORRETO o que se afirma apenas em:

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e IV.
- d) III e IV.